

Editorial

Este número conta com 9 artigos originais sobre a obra de Jean-Jacques Rousseau, com análises de temas internos à sua filosofia e de seu confronto com outras teorias e discussões contemporâneas. Estes trabalhos resultaram de apresentações e debates por ocasião do *Colóquio Rousseau*, realizado na Universidade Federal de São Carlos de 09 a 13 de novembro de 2015. Contribuíram para esta edição: João Geraldo Cunha (UFLA), Inara Marin (CEBRAP), Adriano Martins (IFTM), Rúrion Melo (USP), Luís Nascimento (UFSCar), Raphael Neves (Unifesp), Pedro Pimenta (USP), Emanuele Tredanaro (UFLA) e Diego Trevisan (USP). Todos os artigos foram analisados de acordo com as regras editoriais dos *Cadernos de filosofia alemã* e submetidos à análise cega de pares.

Em “Fichte leitor de Rousseau: ‘Estado de natureza’ e a crítica da civilização Ocidental”, João Geraldo Cunha analisa o procedimento de raciocínios hipotéticos e condicionais proposto por Rousseau e a crítica dirigida por Fichte ao autor, baseada em uma concepção de razão intersubjetiva.

Inara Luisa Marin, em “Uma atualização da teoria política de Jean-Jacques Rousseau”, enfatiza os conceitos piedade, autopreservação, intersubjetividade e reconhecimento, de modo a inferir novas relações com as noções de negatividade, crítica e intersubjetividade e a expor a importância dos paradoxos apresentados por Rousseau para discussões contemporâneas, como o debate entre Axel Honneth e Joel Whitebook.

Em “Rousseau e suas autobiografias: além do autorretrato”, Adriano

Editorial

Martins considera as suas obras autobiográficas como terreno de defesa de sua obra em geral, e para tal se refere a *Confissões* (1764-1770), *Cartas ao Sr. Malesherbes* (1762), *Profissão de Fé do Vigário Saboiano* (1762), *Diálogos de Rousseau Juiz de Jean-Jacques* (1772) e *Devaneios de um caminhante solitário* (1776-78).

Rúrion Melo, em “A soberania popular revisitada: autogoverno como modo de vida”, parte da formulação de autonomia do *Contrato social*, de acordo com a qual livre é aquele que obedece a si mesmo, e propõe uma reinterpretação desta autonomia com maior adensamento social, o que conduz, por sua vez, a outro modo de pensar a soberania popular.

Em “Da saída do estado de natureza”, Luís Nascimento analisa a ideia de estado de natureza em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, noção que, ainda que conjectural, faz-se necessária para a compreensão do autor do problema da origem da sociedade.

Raphael Neves, em “Pensador Republicano ou Nacionalista Revolucionário? Rousseau nas lentes de Schmitt e Arendt”, aborda os limites da leitura de Rousseau e Sieyès por estes autores, tendo em vista as concepções do poder constituinte e da Revolução Francesa.

Em “A história filosófica contra Rousseau”, Pedro Paulo Pimenta contrapõe a história filosófica, gênero típico da época da Ilustração e praticado na *História da América* (1777) de William Roberston, à história conjectural de Rousseau, apresentando a crítica de Burke a esta segunda concepção.

Em “Rousseau racionalista: três leituras”, Emanuele Tredanaro discute o racionalismo de Rousseau com base nas interpretações de Cassirer, Derathé e Weil e no confronto com o kantismo. Estes três leitores têm em comum a recusa em compreender Rousseau como mero

philosophe de la sensiblerie, mas divergem consideravelmente nos caminhos escolhidos para sustentar suas posições.

Diego Trevisan, em “Volonté générale e a autonomia da vontade. A presença de Rousseau na origem político-jurídica da filosofia moral de Kant”, analisa a influência do pensamento político de Rousseau sobre o conceito de autonomia da vontade na filosofia moral de Kant, tendo em vista especialmente a ideia de uma comunidade de seres racionais regidos por leis autônomas.

Por fim, reforçamos o convite às nossas leitoras e aos nossos leitores para que contribuam, através da submissão de textos, com a interlocução filosófica que os Cadernos pretendem estimular e aprofundar.